DANIEL CAMPOS DE CARVALHO

Déficit Democrático na União Europeia

Tese de Doutorado

Orientador Prof. Dr. Alberto do Amaral Júnior

Faculdade de Direito
Universidade de São Paulo

São Paulo
2012

DANIEL CAMPOS DE CARVALHO

Déficit Democrático na União Europeia

Gênese normativa e Perspectivas jurídicas

Tese apresentada à Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo para a obtenção
do título de Doutor em Direito, sob a orientação
do Prof. Dr. Alberto do Amaral Júnior

Faculdade de Direito
Universidade de São Paulo

São Paulo
2012

Resumo

Déficit Democrático na União Europeia: gênese normativa e perspectivas jurídicas

A presente pesquisa tem por pano de fundo o debate sobre a legitimidade do processo de integração da Europa, iniciado na década de 1950. Uma das principais expressões desta seara corresponde ao contemporâneo tema das assimetrias entre as expectativas das populações nacionais sobre a condução do processo de integração e o procedimento decisório verificado na *praxis* comunitária. O variado rol de limitações à ação participativa dos cidadãos no cerne deliberativo da União Europeia é reunido doutrinariamente sob a alcunha de déficit democrático. Mote frequente das análises de Filosofia Política e assunto recorrente dos estudiosos de Relações Internacionais, a existência de um déficit democrático na principal iniciativa de integração regional da Europa encontra escassos trabalhos sedimentados em uma abordagem jurídica. Deste modo, o principal escopo deste estudo é aclarar de que forma o Direito contribuiu para o advento do déficit democrático europeu e como são articuladas, pela via jurídica, as tentativas atuais de combate a este fenômeno. Para tanto, há de se demarcar o referencial teórico utilizado pela pesquisa, essencialmente no tocante a) à possibilidade de se aproximar regionalismo e democracia; b) à influência das teorias da integração no tema de estudo e c) à versão do conceito de democracia eleita no trabalho. Ademais, o arcabouço metodológico empregado para a obtenção dos resultados pretendidos responde, em um primeiro momento, pela análise dos textos originais dos principais tratados da integração europeia – seguida por uma abordagem teórico-doutrinária de alguns aspectos da realidade jurídica do bloco. Para honrar suas pretensões, esta pesquisa apresenta uma estrutura tripartite. No capítulo inicial, há o debate sobre o estatuto conceitual do Direito da União Europeia, verdadeira condição para a aferição da hipótese de trabalho proposta. Nele, foram discutidas as vicissitudes atinentes aos problemas da natureza e da autonomia da malha normativa do bloco comunitário da Europa. Visto o panorama teórico do fenômeno jurídico comunitário da marcha europeia, empreendemos um detido exame do conjunto de dispositivos presentes na sequência de documentos fundamentais iniciada pelo Tratado de Paris (1951) e encadeada até o Tratado de Nice (2001). Tal abordagem permitiu reconhecer as principais normas relacionadas ao tratamento da questão democrática no processo de integração. Feita a identificação dos elementos normativos relacionados à questão do déficit democrático, atentamo-nos para o alcance da atuação do Direito neste contexto. Assim, há de se notar as consequências para a base social de um ordenamento jurídico alheio à tradicional estrutura piramidal, os resultados jurídicos da tentativa de afirmação da noção de cidadania europeia e o delineamento da configuração hodierna das iniciativas de aplacar o déficit democrático por meio dos dispositivos do Tratado de Lisboa (2009). Este percurso revela as agruras da legitimidade democrática da União Europeia e o anfótero papel do Direito no contexto referido, fornecendo um importante recurso de depreensão da realidade comunitária para os atores transnacionais contemporâneos.

Palavras-Chave: 1. Déficit Democrático 2. União Europeia

3. Direito da União Europeia

Abstract

Democratic Deficit in the European Union: normative genesis and legal perspectives

The background of this study is the debate concerning the legitimacy of the process of integrating Europe that began in the 1950s. One of the main expressions related to this discussion corresponds to the asymmetries between the expectations of national populations on how the process of integration is to be conducted and the decision-making process observed in the community *praxis*. The various limitations on the participatory action of citizens in the deliberative core of the European Union are doctrinally gathered under the label ‘democratic deficit’. A frequent motto in analysis in Political Philosophy and a recurring subject for International Relations researchers, the existence of a democratic deficit within the main initiative for the regional integration of Europe is not much addressed in studies with a legal basis. Therefore, the main scope of this study is to clarify how the field of law has contributed to the advent of the European democratic deficit and how current attempts to fight this phenomenon take place from a legal perspective. Accordingly, the theoretical framework used in this study needs to be delimited in relation to: a) the possibility of approaching regionalism and democracy; b) the influence of theories of integration in the studied subject; and c) the version of the concept of democracy elected at work. Additionally, the methodological framework employed to obtain the desired results responds, first, to the analysis of original texts from the main treaties of the European integration – followed by a theoretical-doctrinal approach to some aspects of the bloc’s legal context. To achieve its goals, this study presents a three-part structure. A debate concerning European Union Law is presented in the opening chapter; a true condition for measuring the study’s proposed hypothesis. The vicissitudes concerning the problems related to the nature and autonomy of regulations in the European bloc are discussed. Given the theoretical background of the phenomenon of the juridical community in the European march of democratization, we carefully examine the devices present in the series of key documents initiated in the Treaty of Paris (1951) linked up to the Treaty of Nice (2001). Such an approach enabled the identification of the main standards related to the treatment given to the democratic issue in the integration process. Once the regulatory elements related to the democratic deficit were identified, we focused on the scope of the role played by Law in this context. Therefore, the consequences in social terms of a legal order oblivious to the traditional pyramidal structure and the juridical outcomes of an attempt to claim the notion of European citizenship, as well as the current configuration of initiatives to mitigate the democratic deficit through devices provided in the Treaty of Lisbon (2009), should be noted. This course reveals the hardships of attaining the democratic legitimacy of the European Union and amphoteric role of Law in this context, providing an important tool to understand the context of the community for the contemporary cross-national actors.

Key words: 1. Democratic Deficit 2. European Union 3. European Union Law

Riassunto

Deficit Democratico nell'Unione Europea: genesi normativa e prospettive giuridiche

La presente ricerca ha come sfondo il dibattito sulla legittimità del processo di integrazione dell'Europa, iniziato negli anni '50. Una delle principali espressioni di questo ambito corrisponde al contemporaneo tema delle asimmetrie tra le aspettative delle popolazioni nazionali sulla conduzione del processo di integrazione e la procedura decisionale verificata nella *praxis* comunitaria. Il variegato elenco di limitazioni all'azione partecipativa dei cittadini all'esordio deliberativo dell'Unione Europea viene riunito dottrinalmente sotto l'epiteto di deficit democratico. Citazione frequente delle analisi di Filosofia Politica e argomento ricorrente degli studiosi di Relazioni Internazionali, l'esistenza di un deficit democratico nella principale iniziativa di integrazione regionale dell'Europa trova scarsi lavori sedimentati in un approccio giuridico. In questo modo, il principale scopo di questo studio è chiarire in che modo il Diritto ha contribuito all'avvento del deficit democratico europeo e come sono articolati, attraverso la giurisprudenza, i tentativi attuali di combattimento di questo fenomeno. Pertanto, si vuole rimarcare il referenziale teorico utilizzato nella ricerca, essenzialmente per quanto riguarda a) alla possibilità di avvicinare regionalismo e democrazia; b) all'influenza delle teorie dell'integrazione nell'argomento di studio e c) alla versione del concetto di democrazia eletta nel lavoro. Inoltre, la bozza metodologica impiegata per il raggiungimento dei risultati desiderati risponde, in un primo momento, per l'analisi dei testi originali dei principali trattati di integrazione europea – seguita da un approccio teorico-dottrinale di alcuni aspetti della realtà giuridica del blocco. Per onorare le sue tesi, questa ricerca presenta una struttura tripartita. Nel capitolo iniziale, c'è il dibattito sullo statuto concettuale del Diritto nell'Unione Europea, vera condizione per afferire l'ipotesi di lavoro proposta. In questo, sono state discusse le vicissitudini attinenti ai problemi di natura e dell'autonomia del tessuto normativo del blocco comunitario dell'Europa. Visto il panorama teorico del fenomeno giuridico del percorso europeo, abbiamo intrapreso un accurato esame dell'insieme di dispositivi presenti nella sequenza dei documenti fondamentali iniziata con il Trattato di Parigi (1951) e vincolata fino al Trattato di Nizza (2001). Tale approccio ha permesso di riconoscere le principali norme relazionate al trattamento della questione democratica nel processo di integrazione. Identificati gli elementi normativi relativi alla questione del deficit democratico, abbiamo mirato al raggiungimento dell'attuazione del Diritto in questo contesto. Così, è necessario notare le conseguenze per la base sociale di un ordinamento giuridico estraneo alla tradizionale struttura piramidale, i risultati giuridici del tentativo di affermazione della nozione di cittadinanza europea e il delineamento della configurazione odierna delle iniziative di risanare il deficit democratico attraverso i dispositivi del Trattato di Lisbona (2009). Questo percorso rivela le difficoltà della legittimità democratica dell'Unione Europea e l'anfotero ruolo del Diritto nel contesto riferito, fornendo un importante ricorso di comprensione della realtà comunitaria per gli attori transnazionali contemporanei.

Parole Chiavi: 1. Deficit Democratico 2. Unione Europea

3. Diritto dell'Unione Europea

“Europe has to choose between Balkanisation and Helvetisation”

Karl Jaspers

Introdução

O verão europeu de 2011 testemunhou o agravamento dos desafios orçamentários de diversos países da União Europeia, a ponto de a viabilidade da moeda única ser colocada em xeque. O pessimismo reinante durante as “últimas férias do Euro”, como chegou a estampar o jornal italiano *La Repubblica*¹, foi decorrência não apenas da reiterada piora dos indicadores econômicos, mas também da turbulenta gestão política da crise. As controvérsias quanto ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, a polêmica atinente às condições de socorro à economia grega, os desencontros de Nicolas Sarkozy e Ângela Merkel, o diminuto papel desempenhado tanto por Durão Barroso quanto por Herman Van Rompuy e o lento poder de reação das instâncias comunitárias jogaram luz ao problema do gerenciamento político das agruras econômicas do continente. De forma emblemática, a revista alemã *Stern* chegou a indagar: “Quando um governo falha, ele pode ser mudado. Mas, perante o retumbante fracasso da União Europeia na crise grega, contra quem podemos votar?”² Segundo o diagnóstico de Amartya Sen, em artigo publicado no *The Guardian*, “a extravagância de ter uma moeda única sem maior parte integração econômica e política” (SEN, 2011) teria sido decisiva para o advento da crise, uma vez que apenas “pode-se abrir mão da liberdade monetária quando também há integração política e fiscal”. Frente a tal cenário, a prescrição de HABERMAS (2011) era a de que as elites comandantes do projeto de integração, ao invés de “enterrarem a cabeça na areia”, deveriam promover reformas democráticas que aproximassem os cidadãos da gestão dos negócios públicos, única forma de reerguer coletivamente o projeto comunitário.

O mesmo verão europeu também ficou marcado por um fato prosaico: a partir de então os mercados da União Europeia não mais venderiam lâmpadas incandescentes de 60 watts. Formulada no seio comunitário, a proibição da venda destes artefatos insere-se em um conjunto de medidas com o escopo de diminuir os gastos energéticos da região. À primeira vista pitoresca, a questão da proibição do comércio de lâmpadas incandescentes (os dispositivos de 75 e 100 watts haviam sido retirados das prateleiras alguns meses antes) teve forte repercussão social. Diversos protestos foram organizados e inúmeras críticas às restrições impostas pela legislação comunitária podiam ser encontradas nas páginas da imprensa, como ilustram o periódico alemão *Die Zeit*, o

¹O EURO vive as suas últimas férias?. *La Repubblica*. 5 de agosto de 2011.

²AJUDA à Grécia viola o princípio democrático. *Revista Stern*. 22 de junho de 2011.

francês *Le Monde*, o Jornal de Notícias português, entre vários outros. Boa parte da população Europeia estava incomodada com a menor capacidade de iluminação das lâmpadas ecologicamente corretas, algo especialmente sensível nos países próximos ao círculo polar ártico. Além disso, o debate trazia ainda um componente político. A aprovação da Diretiva/2005/32/CE, consentida tanto pelo Conselho de Ministros quanto pelo Parlamento Europeu, abordava genericamente as medidas a serem tomadas sob a égide “da concepção ecológica dos produtos que consomem energia”. O regulamento 244/2009, com vigência automática nos Estados e responsável por dar efetividade à diretiva, determinou as principais exigências (aspectos como a forma de restrição do comércio dos referidos produtos e o fluxo de luminosidade máximo de cada lâmpada) a serem respeitadas na busca do bloco por uma matriz energética mais econômica e ecologicamente correta. Assim, a definição das características centrais do novo marco legal foi atribuída ao corpo técnico apontado pela União – e não às instâncias políticas. Nas palavras do jornal sueco *Dagens Nyheter*, “a decisão foi assim tomada à porta fechada. (...) Não se realizou qualquer debate público que permitisse evocar e ponderar vantagens e desvantagens desta alteração”³.

Além de partilharem o mesmo momento histórico, o debate sobre o destino da moeda única e as controvérsias sobre as iniciativas comunitárias de economia energética comungam de um segundo aspecto. Nos dois casos tem-se por pano de fundo os limites da participação popular na deliberação política da União Europeia. Os entraves à influência dos cidadãos na condução política do processo comunitário não apenas sugerem um problema de legitimidade, mas denotam um desafio perene, pois já na década de 1950, os parlamentares da então Assembleia Comum se mobilizaram para que o papel de representante do povo europeu da instituição se fizesse efetivo (DRI, 2009, p.170-71). Apesar de as preocupações com as características democráticas do projeto integracionista estarem presentes desde os primórdios da elaboração do bloco, a doutrina reconhece que a primeira aplicação da expressão “Déficit Democrático Europeu” ocorreu apenas no fim da década de 1970, podendo ser localizada na análise sobre o Parlamento comunitário empreendida pelo sociólogo britânico David Marquand (SIEBERSON, 2004, p.174; MÉNY, 2002, p.8; DEVUYST, 2008). De fato, ao discorrer sobre a dinâmica comunitária de então, MARQUAND (1979, p.65) nota que “*the resulting “democratic deficit” would not be acceptable in a Community committed*

³ MUDAR as lâmpadas é uma ideia pouco brilhante. *Dagens Nyheter*. 31 de agosto de 2011.

to democratic principles”, apontando para a inevitabilidade do fenômeno ao menos que o Parlamento Europeu assumisse um papel de destaque no processo de deliberação do bloco. Interessante notar não apenas que a conexão entre o uso do termo e o fortalecimento do papel do Parlamento se tornaria recorrente entre os estudiosos a partir de então, mas também que a expressão corresponderia a um instrumento valioso na retórica política continental:

The democratic deficit is a powerful catchword, which can be easily manipulated by all those who are not fully satisfied with the working of European institutions. In other words, a lot of people find it useful: not only the most extreme Eurosceptics, such as the right of the Conservative Party in the United Kingdom or of the Gaullists in France, but also deeply convinced Europhiles who wish to improve the rather complex, cumbersome and obscure system of government set up in Brussels. (MÉNY, 2002, p.8)

É nítida a propriedade da expressão em designar o descompasso entre os padrões democráticos de gerenciamento político adotados por um determinado corpo social e a realidade do procedimento decisório do maquinário institucional correspondente. Isto chegou a gerar um alargamento do seu âmbito de aplicação, sendo a noção de déficit democrático progressivamente utilizada para além da realidade europeia, como na corporificação de limitações de organizações intergovernamentais (WHITE, 2002, p.89), de instituições financeiras internacionais (NYE JR, 2001) ou mesmo de bancos centrais (STIGLITZ, 1998). Apesar da disseminação do emprego do conceito, a gama de análises sobre o tema do déficit democrático é invariavelmente composta por estudos de Filosofia Política ou por interpretações baseadas na perspectiva da Teoria das Relações Internacionais. Desta forma, nota-se uma brecha doutrinária que permite o tratamento da questão democrática no principal projeto de integração europeia por meio de uma abordagem eminentemente jurídica. Assim, o principal escopo desta pesquisa é aclarar **de que forma o Direito da União Europeia influenciou o advento do déficit democrático e quais são as perspectivas jurídicas de tratamento do tema**. Este objetivo orienta os distintos momentos da presente pesquisa, servindo de fio condutor das páginas vindouras. Antes de apresentarmos o percurso deste trabalho, há de se ressaltar a importância da aplicação dos postulados da Ciência do Direito ao tema do déficit democrático europeu, já que o entendimento jurídico é capaz de revelar aspectos eclipsados do tema e de permitir uma ação mais qualificada em um contexto de integração regional. A predileção pelo enfoque jurídico não significa, contudo, que esta

tese não se valerá de recursos científicos de outros ramos do conhecimento, como o resgate historiográfico ou as contribuições sedimentadas no campo das ciências social e política.

O objetivo maior do estrato inaugural da pesquisa é apresentar o estatuto teórico e as características definidoras do Direito da União Europeia, explicitando suas peculiaridades. Assim, os problemas da natureza e da autonomia deste ramo do Direito serão discutidos de forma detida. O esclarecimento das particularidades do fenômeno jurídico comunitário permite notar a extensão dos seus efeitos não apenas no gerenciamento decisório do bloco, mas também nas próprias sociedades nacionais. Tais consequências são elementos fundamentais para a compreensão do papel do Direito no debate sobre as limitações democráticas da União Europeia, correspondendo a verdadeiros pressupostos da análise presente nos trechos seguintes do trabalho. No capítulo 2, será apresentado um estudo dogmático dos principais documentos responsáveis pela construção do empreendimento comunitário. Com os olhos voltados para as paragens relacionadas à questão democrática, percorreremos a longa jornada iniciada no Tratado de Paris até o desembarque no Tratado de Nice. O objetivo neste trecho é identificar quais dispositivos influenciaram o nosso objeto de estudo e de que modo tais normas impactaram o debate sobre a carência de um caráter democrático da União. O capítulo 3 continuará na trilha do estudo da democracia na experiência comunitária da Europa a partir do recorte da Ciência do Direito, contudo, com escopo e viés distintos do trecho anterior. A mola mestra do capítulo consiste em esboçar algumas perspectivas do tratamento jurídico do déficit democrático da União Europeia por meio de um enfoque mais analítico, eventualmente pontuado por elementos do pensamento zetético. Desta feita, apresentaremos o debate de como a estrutura do ordenamento comunitário contribui no descolamento entre as instituições do bloco e a base social. Na sequência, faremos um estudo sobre a evolução do conceito de cidadania europeia, provavelmente a principal iniciativa de combate ao déficit democrático do projeto continental ao longo das décadas. Finalmente, esta pesquisa confeccionará um breve apanhando sobre as principais contribuições do Tratado de Lisboa para nosso tema de estudo. O fato de a análise do tratado atualmente em vigor corresponder ao componente final da pesquisa remete à constatação de que o tema do déficit democrático europeu não é uma questão alheia à realidade, sendo um problema presente, concreto e real (MACCORMICK, 2005, p.5) e um verdadeiro óbice a desafiar

a promessa de MONNET (1986, p.9) de que “nós não aliaremos somente os Estados, nós uniremos os homens”.

Como visto, a pluralidade de significados da expressão “Déficit Democrático Europeu” e a diversidade de aplicações de tais sentidos – por vezes servindo a pretensões antagônicas – exigem um refinado mapeamento teórico do tema. Há ao menos três questões que são incontornáveis para a manutenção da acuidade científica de um trabalho acadêmico que verse sobre o tema do Déficit Democrático Europeu. O primeiro destes motes, essencial para o esclarecimento da pertinência da presente pesquisa, indaga sobre a correspondência entre iniciativas regionais e a prática democrática. Já o segundo dos pontos acima elencados discorre sobre as consequências das distintas abordagens teóricas do fenômeno integracionista europeu para o tema do déficit democrático. A derradeira das questões mencionadas aponta para a diversidade de sentidos da noção de déficit democrático graças à exuberância de formulações da principal grandeza atrelada ao nosso objeto de estudo, qual seja, a noção de democracia. Deste modo, sistematizando as últimas linhas e apresentando os aspectos orientadores do presente item da pesquisa, há de se propor os seguintes questionamentos:

- a) É possível aproximar democracia e regionalismo?
- b) Afirmar a existência de um déficit democrático na União Europeia depende da formulação teórica que assumimos sobre o bloco?
- c) Qual a noção de democracia utilizada para mensurar o déficit democrático?

É possível notar que enquanto a primeira questão é essencial no estabelecimento da relevância da pesquisa, os outros dois pontos dialogam com a abordagem empregada no estudo do déficit democrático europeu. Assim, os temas tratados por esta última dupla também se farão presentes, em maior ou menor grau, nas análises a serem pormenorizadas nos capítulos 2 e 3. De todo modo, cabe ressaltar que esta tríade de apontamentos permite traçar um claro referencial teórico da análise jurídico-histórica e da evolução conceitual da noção de Déficit Democrático Europeu. Portanto, antes de esmiuçarmos a gênese normativa e os caracteres conceituais da noção, urge discorrer, ainda que de modo sucinto, sobre o tripé de questões acima arrolado.

a) É possível aproximar democracia e regionalismo?

O adágio churchilliano de que a democracia é a pior forma de governo, exceto por todas as outras, é normalmente utilizado para reforçar-se normativamente uma pretensa inevitabilidade da organização política democrática. Vale atentar, contudo, ao outro ponto tocado pela frase de Winston Churchill: as intensas limitações dos regimes democráticos contemporâneos, que fazem do modelo um compêndio de frustrações (BLÜNDHORN, 2009, p.17). Em um cenário de considerável ressonância democrática ao redor do globo, os entes estatais hodiernos muitas vezes se mostram incapazes de honrar as promessas embutidas no ideal democrático. Entretanto, a fortuna da democracia reside no fato de que certamente ela corresponde à espécie de arquitetura sócio-política que melhor consegue conectar-se com o corpo social (requisito primordial para a estabilidade da vida coletiva), graças à inegável força da crença no uso público da razão como legitimador da subordinação à autoridade. Deste modo, a pujança criativa das forças democráticas é surpreendente, constantemente reagindo aos limites fáticos do regime com novas propostas de adensamento da própria democracia. Assim, a gradual erosão das prerrogativas dos Estados e o fortalecimento de mecanismos de governanças supra-estatais fomentaram o debate sobre o alcance da democracia para arranjos institucionais situados além das estruturas nacionais (HABERMAS, 2001, p.79).

Um tema natural para as especulações sobre uma democracia transfronteiriça é a questão sobre a viabilidade de uma estrutura regionalista com reais tintas democráticas. Tal debate exige o esclarecimento sobre o sentido da noção de regionalismo. Ainda que longe de estar pacificada no campo doutrinário, o conceito de regionalismo pode ser definido como um rol de políticas compartilhadas por entes estatais que visa à promoção da unidade regional e que organiza uma série de setores no interior do bloco⁴ (HURRELL, 1993, p.100). Via de regra, integrar um empreendimento regionalista corresponde a uma opção estratégica dos Estados na medida em que impõe algum tipo de custo (mesmo que indireto ou difuso) aos atores não incluídos no projeto. Ademais, vale ressaltar que o regionalismo contemporâneo é extremamente heterogêneo, apresentando diversos formatos institucionais, objetos e raios de atuação. Neste tocante,

⁴ Também inspirada na reflexão de Andrew Hurrell, a definição de SABA é preciosa: “a conformação integracionista implica, a partir da consciência de uma identidade regional, dimensões política, econômicas, sociais, culturais e históricas de uma mesma área geográfica no quadro geral da interdependência e transcreve, sob a ótica construtivista, as ideias de pertinência a uma mesma circunstância e de um estar no mundo compartilhado” (SABA, 2002, p.9).

a distinção entre o regionalismo econômico e o regionalismo político torna-se progressivamente porosa, já que a concertação política tende a facilitar o fluxo das trocas comerciais e a interdependência econômica é um poderoso redutor das arestas do campo político (AMARAL JR, 2008, p.400-01). Tal indiferenciação permite, na maior parte dos casos, a criação de um moto auto-referente com variáveis reciprocamente dependentes, algo que pode ser verificado no acompanhamento da evolução do processo comunitário europeu ao longo das décadas.

A questão da pertinência de um empreendimento regional de caráter democrático é amplamente controversa. Para citarmos apenas uma das críticas a tal possibilidade⁵, o fato de os governos nacionais corresponderem à instância final de definição dos rumos de um projeto de integração por si só ultimaria sua pretensão democrática. Isto porque o cidadão seria alijado da possibilidade de exercer o poder fiscalizatório sobre as instâncias estatais no tocante às decisões tomadas fora do espectro nacional. A posição de DAHL, neste ponto, é categórica: *“I do not mean to say that we should reject the benefits of international organizations and institutions. (...) But I believe we should openly recognize that international decision-making will not be democratic”* (DAHL, 1999, p.23). Não são poucos os autores que demonstram um entendimento diverso, acreditando na viabilidade de instâncias democráticas supra-estatais⁶. Há quem inclusive chegue a propor um modelo de generalizada participação social nas instituições multilaterais (HELD, 2004, p.107-116), hipótese de ainda difícil verificação fática. De todo modo, no entendimento desta pesquisa, é importante ressaltar que, em diversos casos, os aríetes do regionalismo são estruturas de prescrição de condutas e de exercício do poder, ainda que em uma escala maior do que a dos órgãos nacionais. Desta feita, como qualquer outro instrumento de governança social, sua ação deve ser respaldada pela legitimidade dos princípios democráticos (DRYZEK, 2006, p.148).

⁵ As críticas às formulações a respeito de expressões regionalistas de cunho democrático dependem essencialmente da noção de democracia escolhida como referencial (tema que abordaremos abaixo). Neste trecho, a formulação empregada consiste naquela considerada por DAHL como *“the most familiar point of view”* (DAHL, 1999, p.20), em que os agentes estatais respondem por seus atos frente ao escrutínio dos cidadãos.

⁶ Assim como mencionado anteriormente por ocasião das críticas a tal hipótese, é imperioso citar que a diversidade de formulações teóricas sobre a democracia também influencia os posicionamentos dos partidários da possibilidade de um regionalismo de viés democrático (BECK; GRANDE, 2007, p.233).

b) Afirmar a existência de um déficit democrático na União Europeia depende da formulação teórica que assumimos sobre o bloco?

A existência, a importância e a configuração da noção de déficit democrático europeu é irremediavelmente atrelada ao modo de compreensão do fenômeno comunitário. Dependendo do referencial teórico eleito, pode-se chegar a diferentes conclusões sobre as vicissitudes do tema ou sobre a propriedade do seu debate. Assim, as formulações sobre o déficit democrático são tão férteis quanto a pluralidade de visões de apreensão do processo de integração europeu – enfoques variados advindos de correntes como Federalismo, Funcionalismo, Neo-Funcionalismo, Transacionismo e Intergovernamentalismo, para ficarmos apenas nas chamadas teorias clássicas da integração⁷. Esta exuberância de paradigmas interpretativos é um indicativo da complexidade tanto da área de estudo quanto da proposta de trabalho da presente pesquisa, exigindo uma solução metodológica própria – a ser apresentada abaixo.

Ainda que não seja propriamente uma teoria científica da integração, a abordagem federalista foi responsável por cunhar as primeiras ideias sobre a construção comunitária na Europa Ocidental, com “uma orientação clara em direção a iniciativas políticas para a criação de estruturas federais supranacionais” (RAMOS; MARQUES; VIEIRA DE JESUS, 2009, p.58). A plêiade de posicionamentos identificados com o federalismo europeu comunga da predileção por uma estrutura institucional aberta, capaz de lidar com a diversidade de agentes para a obtenção do consenso. Deste modo, é possível argumentar que o federalismo europeu reconhece como fonte da legitimidade do empreendimento comunitário o consenso condominial entre os entes estatais e as populações nacionais. Em uma leitura distinta, a teoria funcionalista da integração europeia rende loas à cooperação internacional técnica, empreendida por órgãos específicos em áreas pouco conflituosas e sem elementos de controvérsias. Nesta acepção, o elemento primordial da expansão e do fortalecimento da integração seria o conhecido fenômeno do *spill-over*, em que os efeitos comunitários em determinado campo trazem para a pauta do projeto de integração temas ainda não atrelados ao processo. A crença exclusiva na capacidade dos elementos institucionais da teoria funcionalista, porém, pode levar ao surgimento de uma governança exclusivamente tecnocrata, em que o critério de mensuração da legitimidade comunitária passa a ser a

⁷ Para uma análise completa das distintas abordagens teóricas do comunitarismo europeu ao longo das décadas, vide RAMOS – MARQUES – VIEIRA DE JESUS (2009, p.55-91).

eficácia dos resultados obtidos⁸ (STEINER; WOODS, 2009, p.20). A evolução conceitual e a gradual identificação de pontos de contato entre a reflexão de federalistas e o pensamento dos funcionalistas deram origem à corrente neo-funcionalista de explicação do bloco europeu (RAMOS; MARQUES; VIEIRA DE JESUS, 2009, p.62). Esta vertente reconhece um caráter irrevogável do liame entre o desenvolvimento da vertente econômica da integração e o soerguimento de uma esfera política. Além disso, os defensores desta linhagem

estudam não só o modo como determinados interesses se realizam mediante instituições internacionais, mas também como a participação nas instituições, independentemente do conteúdo substantivo, pode, por sua vez, influenciar a percepção dos atores e a articulação dos auto-interesses (CORNETT; CAPORASO, 2000, p.333).

Mesmo havendo a possibilidade de argumentar-se que o neo-funcionalismo, assim como a versão anterior do ideário funcionalista, atribuiria uma importância demasiada à capacidade dos agentes da integração (STEINER; WOODS, 2009, p.20), parece-nos fazer mais sentido a interpretação de que uma reflexão funcional-federalista remete à criação de um espectro da vida social em que os elementos públicos organizam a senda privada. Neste sentido, há uma brecha para a participação popular na tomada de decisões, algo verificável no gradual alargamento do papel e da representatividade da instituição que é hoje o Parlamento Europeu.

Em contraposição ao pensamento neo-funcionalista de entendimento do comunitarismo europeu, há uma abordagem distinta que foca sua análise no papel primordial desempenhado pelos Estados no processo de integração. Nesta acepção, os entes estatais seriam os únicos responsáveis pelo advento e pelos avanços do projeto europeu. Os autores intergovernamentalistas, em análises de fortes tintas realistas, crêem que o adensamento comunitário corresponde ao fruto da mera concertação de *interesses nacionais* em um contexto internacional propício:

Levando em conta a anarquia (pano de fundo sempre presente), a bipolaridade (nesse caso, a causa permissiva), o poder negociador dos participantes da Comunidade Europeia (algo variável) e a convergência dos interesses da França, Alemanha e Inglaterra na liberalização da econômica (a variável exógena), chega-se a uma explicação necessária para se entender a evolução da Comunidade Europeia (CORNETT; CAPORASO, 2000, p.330).

⁸ Em sentido diverso, trazendo a importância das forças econômicas e sociais para a teoria funcionalista da integração, consultar CORNETT – CAPORASO (2000, p.319).

Sem nos determos ao carácter meramente descritivo e essencialmente estático desta formulação, cabe mencionar que a leitura intergovernamental ganha fôlego nos momentos de crise da concertação europeia, como verificado em boa parte da década de 1970 ou mesmo como vivenciado na quadra histórica iniciada com a crise económica de 2008. Nesta acepção, a legitimidade do processo comunitário é uma grandeza relacionada à participação e à influência dos Estados no processo decisório, podendo a questão democrática ser interpretada como uma preocupação em que falta sentido ou, quando muito, como algo contemplado por uma suposta representação da vontade cidadã pela ação do respectivo ente estatal. Desta feita, o Conselho Europeu e o Conselho da União Europeia são, em tal cenário, os órgãos centrais da legitimidade comunitária de uma perspectiva intergovernamental.

O embate entre as tradições neo-funcionalista e intergovernamentalista, ainda que pareça um pouco estereotipado e algo maniqueísta frente à complexidade da dinâmica comunitária atual, resiste como sendo o principal debate sobre explicações teóricas da integração europeia até os nossos dias (TOSTES, 2004, p.2). Como é nítido, as referidas abordagens partem de noções diferentes de legitimidade, promovendo impactos distintos sobre a noção de déficit democrático. Por conta disso, a análise que faremos no presente estudo será caracterizada pelo diálogo entre as duas correntes, almejando estabelecer um referencial teórico que leve em conta a múltiplas faces do bloco europeu. Tal entrecruzamento doutrinário torna-se uma valiosa ferramenta metodológica na medida em que revela caracteres do processo comunitário que poderiam restar eclipsados frente ao alinhamento incondicional junto a determinada corrente⁹. Essencialmente no Capítulo 2 desta obra, ficará evidente como que a gama de transformações empreendidas pela constante renovação dos marcos jurídicos do processo de integração pode suscitar interpretações distintas sobre o tema da democracia na Europa das comunidades.

c) Qual a noção de democracia utilizada para mensurar o déficit democrático?

⁹ Tal artifício teórico é, ademais, uma verdadeira salvaguarda para a reflexão científica acurada do processo de integração da Europa, dado o dinamismo das alterações institucionais do bloco (RAMOS; MARQUES; VIEIRA DE JESUS, 2009, p.91).

Não seria sem sentido afirmar que o termo democracia corresponde ao *topoi* por excelência do pensamento político da Modernidade. A disseminação do emprego da noção em distintos contextos e a ressignificação conceitual da grandeza permitem notar a abrangência irremediavelmente atrelada à ideia de democracia. Frente a tal pluralidade, um estudo científico que almeje debater as dificuldades de verificação de um ambiente democrático necessita aclarar, ainda que brevemente, qual formulação de democracia lhe servirá de esteio. Do mesmo modo como explicitado por ocasião da discussão sobre a eleição do paradigma conceitual de depreensão do processo de integração europeu, é importante ressaltar que o cartograma teórico aqui apontado não pode ser estático, sob o risco de perda da riqueza do cenário estudado. Esta é a razão pela qual a presente obra vai se aproximar, por vezes, da noção de democracia como expressão da existência de um aparato jurídico de tutela dos direitos fundamentais – mesmo que tal posicionamento não corresponda ao sentido atribuído à grandeza na maior parte das próximas páginas. De uma forma sucinta, pode-se apontar a busca pela plena participação do corpo cidadão como sendo a característica primordial da concepção de democracia aqui adotada.

É interessante contextualizar a opção expressa no parágrafo anterior dentro de um esforço da reflexão política que ultima a recondução da participação ao *status* de elemento central da esfera pública. Os teóricos da democracia contemporânea – notadamente aqueles atrelados à leitura schumpeteriana sobre os autores clássicos – tendem a vislumbrar o jogo político democrático como mero “método de escolher e legitimar governos” (MACPHERSON, 1991, p.164). Autores como Robert Dahl, Giovanni Sartori, Bernard Berelson e Harry Eckstein enxergam a participação popular como *ultima ratio* e não como essência do jogo democrático: a ação do cidadão seria precipuamente um dispositivo de proteção do sistema político, o qual teria como cerne os arranjos institucionais ao nível nacional (PATEMAN, 1992, p.14-15). Se notarmos o quanto a conjuntura histórica pressiona os primados democráticos pela via da internacionalização (HELD, 1997, p.17), urge constatar que há espaço doutrinário para discutir o regionalismo de uma perspectiva diferente, em que se reconhece a importância da participação como esteio de uma nova roupagem da democracia¹⁰ (PATEMAN, 1992, p.9).

¹⁰ É interessante constatar o alcance desta pretensão na reformulação de categorias tradicionais da teoria política, como, por exemplo, a noção de sociedade civil: “a idéia de uma sociedade civil mundial ou transnacional já se tornou a principal contribuição do século XXI ao debate sobre esse conceito. E assim

A eleição da participação cidadã e da representação plena¹¹ como elementos de verificação de deficiências políticas da governança da União Europeia torna possível vislumbrar um cenário para além da mera constatação da impossibilidade de se aplacar o déficit democrático europeu¹² (DAHL, 1999, p.20). Em verdade, tal proposta corresponde a uma tentativa de retrabalhar elementos que influenciaram de forma decisiva a construção do referencial democrático, estando inclusive intensamente ligados às atuais teorias deliberativas da democracia – ao estilo, por exemplo, habermasiano (MADURO, 2001, p.126). A posição aqui adotada considera ser essencial a existência de um corpo institucional-normativo orientado pela possibilidade de o cidadão influenciar o processo decisório:

Por consequência, o caráter democrático da organização política de uma comunidade não é avaliado com base no facto de os resultados irem ou não ao encontro dos interesses individuais (o que seria sempre medido através de critérios independentes das próprias preferências individuais...), mas sim com base na forma como esses processos e instituições garantem uma efetiva representação e participação a todos os indivíduos afetados pelas decisões sociais deles resultantes (MADURO, 2001, p.127).

como no passado, na maioria das vezes o discurso da sociedade civil trata-a como elemento essencial para a democracia e o processo de democratização e como a fonte principal da solidariedade e da integração social” (COHEN, 2003, p.450).

¹¹ A melhor forma de garantir a influência dos cidadãos no jogo político europeu (e, desta forma, fortalecer o componente democrático do empreendimento) parece ser o entrelaçamento da ação pelos canais institucionais indiretos – entre os quais a representação parlamentar – com a generalização da participação via mecanismos diretos (BECK; GRANDE, 2007, p.236).

¹² Tomando como referência a idéia de “*democracy as a system of popular control over governmental policies and decisions*”, o conhecido cientista político estadunidense afirma que “*whatever kind of government may prevail in international organizations it will not be recognizably democratic in that sense. The democratic deficit that has been so much discussed with respect to the European Union is not likely to be greatly reduced in the EU; elsewhere the deficit is likely to be far greater*” (DAHL, 1999, p.20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metamorfose experimentada pelo continente europeu ao longo das últimas seis ou sete décadas é impressionante não apenas por corporificar um variado rol de alterações sociais, econômicas, políticas e culturais, mas também por ter ocorrido de forma pacífica. É conhecido o cenário desolador da Europa ao término da 2ª Guerra, caracterizado pela total desarticulação de diversas sociedades nacionais e pela ausência de perspectivas que indicassem um futuro de prosperidade ou mesmo de segurança. Indubitavelmente, um dos principais artifícios que permitiu à Europa se distanciar de tal contexto foi o sucesso do projeto de integração do continente. A atual União Europeia corresponde a um amplo e complexo corpo institucional, responsável pela articulação do interesse público regional e pela integração dos mercados da maior parte da Europa, congregando 27 Estados por meio da acessão voluntária e sem a necessidade de conflito. Independentemente do critério utilizado para mensuração desta jornada, as conquistas do empreendimento comunitário são inéditas e impactantes, o que por si só já tornaria o Regionalismo Europeu uma cativante área de estudo.

A velocidade e a magnitude das transformações ocorridas durante o período em que esta pesquisa foi realizada fazem jus ao dinamismo da História recente do continente. Em um intervalo de poucos anos, a expectativa da vigência de um novo tratado da União Europeia (em vigor a partir de 1º de dezembro de 2009) cedeu lugar a um pessimismo generalizado frente ao futuro incerto dos destinos dos Estados-membros e do próprio empreendimento comunitário. A Europa plural e democrática pretendida pelo Tratado de Lisboa não se aproxima da realidade convulsionada e fragmentada verificável poucos meses depois. Não que a navegação em tormentas seja uma novidade para o empreendimento europeu, sobrevivente ao imobilismo da “crise da cadeira vazia” patrocinada pela França gaullista, às dificuldades da incorporação massiva dos membros do Leste Europeu e ao recente fracasso da empreitada constitucional, entre tantos outros contratempos. Porém, os atuais desafios aparentam ser de outra monta, como demonstra o fato de os dois frutos mais emblemáticos da convergência europeia da segunda metade do século XX – a moeda única e o Espaço Schengen – terem sido colocados em xeque. Eventos recentes como as iniciativas do Estado francês de forçar o retorno de imigrantes romenos e búlgaros, a retomada do controle de passaportes nos postos de fronteira

dinamarqueses e o impasse na estação ferroviária de Ventimiglia (em que refugiados tunisianos com vistos de moradia italianos não conseguiam ingressar no território da França) fomentaram debates sobre a conveniência da manutenção da livre-circulação. Paralelamente, a espiral de aprofundamento dos problemas relacionados às dívidas públicas nacionais levava à proliferação dos questionamentos sobre a exclusão grega da União Monetária ou mesmo sobre o eventual fim do Euro. Essencialmente por conta da preconização comunitária de medidas de arrocho fiscal por parte dos governos nacionais e pela postura errática dos representantes da União Europeia na busca de uma resposta rápida e efetiva aos problemas financeiros, eclodiram protestos de grandes proporções em diversos países do continente. Portanto, a recente proliferação de manifestações em várias partes da Europa expressa, entre outras questões, o descontentamento não só com as medidas impopulares adotadas pelos agentes responsáveis pela condução do bloco, mas, de forma mais ampla, contra o próprio processo decisório – pouco transparente, com baixas instâncias de participação popular e com problemas de legitimidade. Frente a tal realidade, a crença em um bem sucedido projeto continental de estruturação político-econômica é enfraquecida e se esvai o mote de uma Europa unida na diversidade.

Neste contexto, não é difícil rememorar a conhecida imagem do “rapto de Europa”. Segundo a lenda da Antiguidade grega, Zeus se encantou pela bela princesa de Tiro, chamada Europa. Ciente do afeto da jovem pelos mais diversos animais e almejando seduzi-la, o deus grego se transmutou em um portentoso touro branco. Europa, ao avistar o belo animal durante seu costumeiro passeio praiano, aproximou-se do touro e notou sua mansidão. Confiante, a princesa fenícia subiu ao dorso do bovino, sendo surpreendida pela velocidade imediata que o touro passou a desenvolver rumo às águas. Cruzando o mar em intenso ritmo, o animal e sua perplexa amada chegaram até a ilha de Creta, onde Zeus revelou à princesa sua forma humana e regalou-lhe uma nova terra. Como metáfora, a historieta grega pode ser usada na contemporaneidade para emblematicar uma Europa em perigo, que é levada à força para além das suas origens e do seu tranquilo futuro. Contudo, ao menos no que toca a esta pesquisa, a antiga lenda também pode servir a outro fim. Como não poderia deixar de ser, o caleidoscópio de representações artísticas do mito fundador do continente é exuberante. O seiscentista pintor flamenco Peter Rubens, por exemplo, retratou em cores vibrantes a tensão e o desespero do momento do rapto, com a princesa contorcida em direção ao seu alarmado séquito e o resolutivo touro avançando sobre o mar. Séculos antes, o poeta romano Ovídio

já havia feito um detalhado relato sobre as circunstâncias do encontro de Zeus e Europa, mas sem trabalhar as questões conflitivas ou emotivas. Em 1495, por seu turno, o artista florentino Giovanni Rustici esculpiu o episódio em imagens tenras, com Europa tranquilamente acomodada durante a fuga e trocando carícias com o touro. Pintores, poetas e escultores utilizam os respectivos repertórios técnicos para melhor representar suas percepções sobre determinado mote, por vezes jogando luzes sobre aspectos previamente ignorados ou até enriquecendo a apreensão do tema escolhido por meio de uma interpretação controversa.

Guardadas as ressalvas inerentes ao exercício alegórico, o tema do déficit democrático da União Europeia é, analogamente à lenda do rapto de Europa, passível de múltiplos recortes e enfoques. Sociólogos, historiadores e filósofos, por exemplo, aplicam seus respectivos paradigmas científicos na tentativa de compreensão do fenômeno. Os resultados de tais empreitadas tornam possível o advento de interpretações e hipóteses sobre o tema, além de eventualmente demonstrarem o compartilhamento de entendimentos, corrigirem posicionamentos prévios ou instalarem debates teóricos. Visando enriquecer esta plêiade de análises e contribuir para o desenvolvimento da reflexão sobre o problema da democracia nas instituições comunitárias, esta pesquisa lidou com os aspectos jurídicos das limitações democráticas da União Europeia. Finda a jornada aqui proposta, urge fazer alguns apontamentos derradeiros sobre de que modo uma abordagem calcada na Ciência do Direito auxilia o corpo de esforços teóricos voltados à apreensão do déficit democrático.

O exame empreendido no capítulo 1 deste estudo evidenciou o modo como a expansão do alcance das normas jurídicas do projeto de integração e o gradual adensamento do *enforcement* de tais dispositivos possibilitaram o soerguimento de uma arquitetura institucional sem paralelos. Mais que isso, foi o desenvolvimento do Direito Comunitário Europeu que criou as condições para o advento do déficit democrático existente no bloco. Esta afirmação é corroborada pelo acompanhamento dos principais tratados da marcha comunitária no Velho Continente, iniciativa que deixa patente o fato de o procedimento decisório do projeto continental nunca ter sido caracterizado por ser eminentemente participativo. Apesar dos paulatinos esforços para fortalecer o caráter democrático do *decision-making process*, os entes estatais tradicionalmente exerceram o papel de senhores das decisões relevantes do projeto – algo completamente compreensível nas décadas iniciais de uma empreitada originalmente econômica, mas que deveria ter sido satisfatoriamente corrigido ao longo da evolução do bloco. Pouco

afeita à influência cidadã, esta gestação das opções, decisões e normas jurídicas é viabilizada por uma roupagem técnica fornecida pelo Direito Comunitário. Os ritos, procedimentos e organogramas institucionais esculpidos pelo ordenamento do bloco não apresentam feições animadoras quando vislumbrados pela ótica da questão democrática, como visto no capítulo 2 deste estudo. Porém, o fenômeno jurídico não apenas viabiliza a tomada de decisões pouco participativa, como também permite que estas opções não democráticas tenham imperatividade. Assim, a *potestas* inerente ao Direito garante a eficácia de tais normas e decisões na realidade continental, o que, de uma perspectiva da Filosofia Jurídica, desafia o fundamental aspecto da presunção do consenso de terceiros como condição do cometimento normativo. Tal situação, obviamente, auxilia a aprofundar o afastamento entre base social e União Europeia. De modo mais claro, pode-se dizer que a dinâmica comunitária (em que decisões políticas tomadas em um processo de cunho intergovernamental interferem diretamente no cotidiano das sociedades graças à atuação de um direito supranacional) gera um descompasso evidente entre o conjunto de cidadãos e as instituições do bloco – levando a outro patamar o debate sobre a legitimidade do empreendimento integrativo. Vale apontar, contudo, que ainda são poucos os estudos que discutem tal conjuntura, havendo diversos assuntos promissores ainda sem uma variedade de análises, como por exemplo a questão do papel do rol principiológico do Direito da União Europeia nas limitações democráticas do projeto ou o tema da estrutura do ordenamento comunitário como elemento promotor do déficit democrático (algo discutido por nós no item inicial do capítulo 3 desta obra).

Se o Direito é uma força poderosa na criação das condições propiciadoras do déficit democrático na União Europeia, a utilização tecnológica do seu aparato dogmático permite tentar convertê-lo em instrumento de promoção da democracia no regionalismo europeu. É dentro deste marco que deve ser compreendida a principal iniciativa em décadas de conectar os indivíduos ao empreendimento comunitário: a cidadania europeia. Analisado no capítulo 3 em suas diversas facetas, tal tema apresenta ainda hoje sua centelha transformadora, essencialmente frente aos debates sobre uma mais incisiva atuação comunitária nas questões de política social. Não são poucos os pontos de contato entre o tratamento da questão da cidadania e a segunda das iniciativas de ataque ao déficit democrático mencionadas por nós no mesmo capítulo, qual seja, o conjunto de inovações trazidas pelo Tratado de Lisboa. Como visto, o Tratado de Lisboa propõe o aumento da participação cidadã no empreendimento comunitário em

diversas frentes, algo demonstrado pela emblemática previsão de projetos legislativos de iniciativa popular. Tanto os desdobramentos da noção de cidadania europeia quanto as inovações pretendidas pelo novo tratado fornecem perspectivas interessantes para a questão do lastro democrático da União – já que há uma clara tentativa de soerguimento de um espectro político de dimensões continentais, estruturado na participação cidadã e pavimentado pelo fenômeno jurídico comunitário. Em última instância, tal renovação traz consequências para a discussão sobre uma pretensa alteração do conteúdo material da noção de legitimidade aplicável à União.

O debate sobre a contribuição que o fenômeno jurídico pode fornecer ao combate contra o déficit democrático da União Europeia – e ao tema da legitimidade do empreendimento comunitário – merece uma especial atenção no contexto atual, em que já se organiza um novo marco jurídico da integração continental. O que pode ser vislumbrado no horizonte, contudo, é a configuração de um novo tratado com viés marcadamente econômico, caracterizado por disposições sobre restrições orçamentárias e limites ao endividamento público. Não nos parece um problema em si a discussão sobre o aprofundamento dos mecanismos de controle fiscal dos Estados-membros, sobretudo na dramática situação em que boa parte do bloco se encontra, porém é uma oportunidade perdida reestruturar o esteio jurídico da União sem atacar temas centrais para a participação cidadã no jogo político comunitário, como uma eventual previsão sobre a eleição direta do presidente da Comissão Europeia ou então uma reforma no procedimento legislativo que finalmente promovesse a maioria institucional do Parlamento Europeu.

Mesmo frente às previsões de um futuro pouco animador, o projeto comunitário não deve se curvar ao arrefecimento, entre outros motivos, pelo seu potencial transformador da experiência política hodierna. Sem sombra de dúvidas, não há qualquer iniciativa atual de remoçamento da atividade política que se aproxime da pretensão europeia de organização de um espaço público continental. A servir de consolo frente à vigência de tempos sombrios, cabe lembrar que os tratados constitutivos não foram originalmente pensados com o escopo de somar virtudes, mas sim de vencer as fraquezas comungadas pelas sociedades do pós-guerra. Ademais, os rumos da integração continental sempre correram sob o signo da incerteza, não sendo a desconfortável situação atual propriamente uma novidade. Aqui, uma remissão literária derradeira: ao ser convidado, em Dom Casmurro, para acudir à embarcação que levaria Bentinho à Europa, José Dias responde já estar com idade avançada, próximo de ir para

a “outra” Europa – a “eterna”. Fica claro pelas virtudes arroladas nesta pesquisa, que o belo projeto comunitário do Velho Continente deve ainda ter um longo percurso antes de integrar a Europa “eterna” de que nos fala a personagem machadiana.

Referências

- AHLF, Loretta Ortiz. Derecho Comunitário y Derecho Internacional. *Revista de Derecho de la Unión Europea*. Madrid: COLEX – UNED, 2003, n.4, pp.13-26.
- AJUDA à Grécia viola o princípio democrático. *Revista Stern*. 22 de junho de 2011.
- ALBERT, Michel. *Capitalismo versus Capitalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *Introdução ao Direito Internacional Público*. São Paulo: Atlas, 2008.
- ARANGIO-RUIZ, Gaetano. Actas resumidas de las sesiones del cuadragésimo cuarto período de sesiones 4 de mayo-24 de julio de 1992. *Anuario de la Comisión de Derecho Internacional 1992*. New York –Geneve: United Nations, 1994, v. 1, 2266ª sessão, pp. 79-87.
- _____. Cuarto informe sobre la responsabilidad de los Estados. *Anuario de la Comisión de Derecho Internacional 1992*. New York – Genève: United Nations, 1996, v. 2, 1ª parte, pp.1-56.
- ARCHER, Clives. *Norway and European Integration since 1994*. Conferência proferida na Universidade da Islândia, Reykjavik, em 9 de Maio de 2000. Disponível em <http://ideas.repec.org/p/erp/queens/p0021.html>. Acessado em 2 de janeiro de 2012.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- AWESTI, Anil. Intergovernmentalist Theory and Eurosclerosis: A Critique. *PAIS Working Papers*. Warwick, n.2, sep. 2006.
- BARBERO, Jesús Martín. Globalização Comunicacional e Transformação Cultural. In MORAES, Denis (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2003.
- BARKER, Ernest. *Teoria Política Grega*. Brasília: Universidade de Brasília, 1978.
- BAUMAN, Zygmunt. *Europa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BECK; Ulrich; GRANDE, Edgar. *Cosmopolitan Europe*. Cambridge: Polity, 2007.
- BELLAMY, Richard. Still in Deficit: Rights, Regulation, and Democracy in the EU. *European Law Journal*, Vol. 12, No. 6, November 2006, pp. 725–742.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 2003.

BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a Humanidade: uma Antologia de Ensaaios*. HARDY, Henry; Hausher (orgs). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BESSON, Samantha. How international is the European legal order? - Retracing Tuori's steps in the exploration of European legal pluralism. In *NoFo*. Helsinki: University of Helsinki, 2008, n .5 (abril), pp. 50-70.

BLÜHDORN, Ingolfur. Democracy Beyond the Modernist Subject: Complexity and the Late-Modern Reconfiguration of Legitimacy. In BLÜHDORN, Ingolfur (org.). *In Search of Legitimacy – Politics making in Europe and the Challenge of Complexity*. Leverkusen: Barbara Budrich Publishers, 2009.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. Brasília: UNB, 1999.

BOGDANDY, Armin von. Pluralism, direct effect, and the ultimate say: On the relationship between international and domestic constitutional law. *International Journal of Constitutional Law*. Oxford: Oxford University Press, v.6 n.3-4, 2008, pp.397-413.

BONANNI, Andrea. O euro vive as suas últimas férias?. *La Repubblica*. 5 de agosto de 2011.

BOOKER, Cristopher; NORTH, Richard. *The great deception: a secret history of the Europea Union*. London - New York: Continuum International, 2005.

BOOM, Steve. The European Union after the Maastricht Decision – is Germany the Virginia of Europe. 1995. Disponível em <
<http://centers.law.nyu.edu/jeanmonnet/papers/95>>. Acessado em 2 de janeiro de 2012.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. *The ABC of European Union Law*. Luxembourg: Publication Office of the European Union, 2010.

BORDONI, Gianluca Sadun. Il sovrano nella rete: La democrazia de nella società informazionale. In: *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*, Milano, v.81, n.2, p.233-52, apr-giug. 2002.

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. *Anistiia Internacional: Roteiros da Ccidadania em Construção*. São Paulo: Annablume, 2002.

BREWER, Mark Killian. The European Union and Legitimacy: Time for a European Constitution. In: *Cornell International Law Journal*, v.34, p.555-84.

BROBERG, Morten. The Preliminary Reference Procedure and Questions of International and National Law. *Yearbook of European Law*. Oxford: Oxford University Press, 2009, v. 28, pp. 362-389.

BROWNLIE, Ian. *Principles of Public International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

CADETE, Eduardo Maia. Acordos de Cooperação entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América no âmbito do Direito da Concorrência. *Revista da Ordem dos Advogados*. Coimbra: Almedina, 2009, v.VII, pp.297-365.

CANDIDO, Antonio. Dialética da Malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias). In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, USP, nº 8, 1970, p. 67-89.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2002.

CARVALHO RAMOS, André de. *Direitos Humanos na Integração Econômica – Análise Comparativa da proteção de Direitos Humanos e conflitos jurisdicionais na União Europeia e Mercosul*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *A Galaxia da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHALMERS, Damian; DAVIES, Gareth; MONTI, Giorgio. *European Union Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CICCONI, Paolo. *Etico e compatibile – Insieme per un futuro di pace*. Roma: Armando, 2010.

CINI, Michelle. *The European Commission: Leadership, organization and culture in the EU Administration*. Manchester; Manchester University, 1996.

CLÉVE, Clemerson Merlin. *Direito Constitucional, Novos Paradigmas, Constituição Global e Processos de Integração*. Revista Crítica Jurídica. Curitiba: Unibrasil, jul-dez 2006, n.25.

COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. In *Dados*. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, pp. 419-459.

CONSTANTINESCO, Leóntin. La spécificité du droit communautaire. In *Revue Trimestrielle de Droit Européen*. Paris: Dalloz, 1966, pp.1-30.

CÓRCOLES, Isabel Gallego. Libre circulación de personas. In ÁLVAREZ, Luis Ortega; MORENO, José Antonio. *Derecho Comunitario Europeo*. Valladolid: Editorial Lex Nova, 2007.

CORNETT, Linda; CAPORASO, James. E, contudo, se movimenta! Os interesses dos Estados e as Forças Sociais na Comunidade Europeia. In ROSENAU, James;

CZEMPIEL, Ernest Otto (orgs.). *Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson; COMPARATO, Fábio Konder and OLIVEIRA, Francisco de. Como pensar? In *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, 2001, n. 54, pp. 87-132.

CRAIG, Paul; DE BURCA, Gráinne. *European Union Law: Text, Cases and Materials*. Oxford: Oxford University, 2008.

CROUCH, Colin; MARQUAND, David. *Reinventing collective Action: from global to the local*. Oxford: Wiley-Blackwell, 1995.

CRUZ, Julio Baquero. The Legacy of the Maastricht-Urteil and the Pluralist Movement. 2007. Disponível em <
<http://www.eui.eu/DepartmentsAndCentres/RobertSchumanCentre/Publications/Index.asp>>. Acessado em 2 de janeiro de 2012.

CUNHA, Alessandra Marchioni Pereira da. *As Limitações da Democracia na Formação da União Europeia*. Barueri: Manole, 2004.

DAHL, Robert. Can International Organizations Be Democratic? A Skeptic's View. In SHAPIRO, Ian; HACKER-CORDON, Casiano (orgs.). *Democracy's Edges*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

DEUTSCH, Karl. *Os Nervos do Governo*. Rio de Janeiro: Bloch, 1971.

DEVUYST, Youri. The European Union's Institutional Balance after the Treaty of Lisbon: 'Community Method' and 'Democratic Deficit' Reassessed. *Georgetown Journal of International Law*. v. 39, N. 2 (Winter), 2008, p.247 -325.

DOBSON, Lynn. *Supranational Citizenship*. Manchester: Manchester University Press, 2006.

DRI, Clarissa Franzoi. Funcionalidade Parlamentar nas Experiências Europeia e Andina: quais perspectivas para o MERCOSUL? *Novos Estudos Jurídicos*. V. 14, Itajaí, 2009, pp. 169-184.

DRYZEK, John. *Deliberative Global Politics*. Cambridge: Polity Press, 2006.

DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DWORKIN, Ronald. *Levando os Direitos a Sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University, 1990.

ESTÉVES, José B. Acosta. El derecho internacional, el derecho comunitario europeo y el proyecto de constitución europea. *Jean Monnet/Robert Schuman Paper Series*, v. 4 n. 3, abril 2004.

FERRAJOLI, Luigi. *Razones Jurídicas del Pacifismo*. Madrid: Trotta, 2004.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas, 1994.

FIERRO, Elena. *The EU's Approach to Human Rights Conditionality in Practice*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 2003.

FOLLESDAL, Andreas; HIX, Simon. Why there is a Democratic Deficit in the EU: a response to Majone and Maravcsik. In *Journal of Common Market Studies*, V. 44. N. 3., 2006, pp. 533–62.

GADDIS, John. Spheres of Influence. In MAIER, Charles (org). *The Cold War in Europe*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1991.

GIDDENS, Anthony. *A Europa na Era Global*. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

GIL-BAZO, Maria Teresa. O Papel dos Direitos Humanos no Processo de Integração da Europa. In PIOVESAN, Flavia (org.). *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

GONZÁLEZ, David Navamuel. Ciudadania como categoría en la jurisprudencia del Tribunal de Justicia. *Revista de Derecho de la Unión Europea*, n.3, 2002, p.461-465.

GONZÁLEZ, Felipe. *Mi idea de Europa*. Barcelona: RBA Libros, 2010.

GORDON, Robert. *Macroeconomia*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. *A Constelação Pós-Nacional*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

_____. Europe's post-democratic era. *The Guardian*. 10 de novembro de 2011.

HALBERSTAM, Daniel. Pluralism in Marbury and Van Gend. In MADURO, Miguel Poiars; AZOULAI, Loic (orgs). *The Past and the Future of EU Law: The Classics of EU Law Revisited on the 50th Anniversary of the Rome Treaty*. Oxford: Hart Publishing, 2010.

HARDT, Michael. Movimentos em rede, soberania nacional e globalização alternativa. In

HARO, Ricardo. *Las Relaciones entre el Derecho Comunitario Europeo y el Derecho interno de los Estados Miembros*. Exposição realizada na cerimônia de posse como

“Académico Correspondiente en la Provincia de Córdoba”, em 18 de setembro de 2003. Disponível em <http://www.acader.unc.edu.ar>, consultado em dezembro de 2010.

HART, Herbert L. A.. *O Conceito de Direito*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

HELD, David. *La Democracia y el Orden Global*. Barcelona: Paidós Iberica, 1997.

_____. *Global Covenant: the social democratic alternative to the Washington Consensus*. Cambridge: Polity, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. *A Era do Capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. Uma história da Europa. Caderno "Mais", *Folha de São Paulo*, publicado em 5 de outubro de 2008.

_____. *Era dos Extremos – O breve século XX – 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HORSPOOL, Margot. *European Union Law*. Oxford: Oxford University, 2006

HURRELL, Andrew. Os blocos regionais nas Américas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.22, 1993, p.98-118.

JUDT, Tony. *Postwar – A history of Europe since 1945*. London: Vintage Books, 2010.

KACZOROWSKA, Alina. *European Union Law*. New York: Routledge-Cavendish, 2008.

KALDOR, Mary. *La sociedad civil global: una respuesta a la Guerra*. Barcelona: Tusquets, 2005.

KAPTEYN, Paul Joan George. *The Law of the European Union and the European Communities*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2008.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Coimbra: Armênio Amado, 1984.

_____. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KLABBERS, Jan; *International Law in Community Law: The Law and Politics of Direct Effect*. *Yearbook of European Law*. Oxford: Oxford University Press, 2001, v.21, pp. 263-98.

KOOPMANS, Thijmen *The birth of European Law at the Crossroad of Legal Traditions*. In: *The American Journal of Comparative Law*, vol. 39, no. 3, p. 493-507, summer, 1991.

KUMM, Mattias; COMELLA, Victor Ferreres. *The Future of Constitutional Conflict in the European Union: Constitutional Supremacy after the Constitutional Treaty*. In *The EU Constitution in a Contextual Perspective*. New York: Weiler and Eysgruber, 2004.

_____. To be a European Citizen? The Absence of Constitutional Patriotism and the Constitutional Treaty. *Columbia Journal of European Law*. New York, Summer 2005, pp. 481-522.

LAFER, Celso. Direito e Poder na Reflexão de Miguel Reale. In *Miguel Reale na UNB*. Brasília: UNB, 1981, p.57-71.

LAURSEN, Finn; VANHOONACKER, Sophie. *The ratification of the Maastricht Treaty: Issues, Debates and Future Implications*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1994.

LAVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, igualdade e diferença. *Lua Nova*. São Paulo, n.59, 2003, pp.75-93.

LEBEN, Charles. Hans Kelsen and the Advancement of International Law. *European Journal of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 1998, n.9, pp 287-305.

LEFEBVRE, Jean Pierre; Macbereg, Pierre. *Hegel e Sociedade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

LEOPOLD

LINDGREN ALVES, José Augusto. O Contrário dos Direitos Humanos. *Lua Nova*, São Paulo, n.55-56, 2002. pp.105-132.

LOBO-FERNANDES, Luís. O Tratado de Lisboa e o paradoxo comunitário. *Relações Internacionais*. Lisboa, n. 25, mar. 2010, p. 139-142.

LOSANO, Mario. *Nuovi paradigmi nei rapporti fra diritto nazionali e normative sovranat*. Conferência apresentada em São Paulo, 29 de novembro de 2004.

LOUIS, Jean-Victor. Community Law fifty Years On. In CRUZ, Julio Baquero; CLOSA, Carlos (org.). *European Integration from Rome to Berlin, 1957-2007: History, Law and Politics*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2009.

LUHMANN, Niklas. *Legitimação pelo procedimento*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

MACCORMICK, Neil. Beyond the Sovereign State. *The Modern Law Review*. Oxford: Blackwell, 1993, v.56, n.1, pp.1-18.

_____. Risking Constitutional Collision in Europe? In: *Oxford Journal of Legal Studies*. Oxford, 1998, vol. 18, no. 3, p. 517-532.

_____. The Maastricht-Urteil: Sovereignty Now. *European Law Journal*. Oxford: Blackwell, 1995, v.1, n.3, pp.259-266.

_____. *Who's afraid of a European Constitution?* Exeter: Imprint Academic, 2005.

- MACPHERSON, C.B. *Ascensão e Queda da Justiça Econômica e Outros Ensaios*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- MADURO, Miguel Poiars. O superávit democrático europeu. *Análise Social*. Lisboa, v.36, 2001, p.119-152.
- MAJONE, Giandomenico. Europe's Democratic Deficit. *European Law Journal*. Oxford, v.4, n.1, mar., 1998, p.5-28.
- _____. The Credibility Crisis of Community Regulation. *Journal of Common Market Studies*, V. 38, N. 2, 2000, pp. 273–302.
- MANCINI, Federico. *Democracy and Constitutionalism in the European Union*. Portland: Hart Publishing, 2000.
- MARQUAND, David. *Parliament for Europe*. London: Jonathan Cape, 1979.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MEDEIROS, Marcelo de Almeida. Legitimidade, Democracia e Accountability no Mercosul. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.23, n.67, jun. 2008, p.51-69.
- _____. União Europeia, reformas institucionais e déficit democrático: uma análise a partir do mecanismo de co-decisão. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v.52, n.1, 2009, p.29-52.
- _____; CAVALCANTI, Henrique Sérgio; LEITÃO, Natália; PAIVA, Maria Eduarda. SANTIAGO, Rodrigo. A Questão da Representação no MERCOSUL: Os Casos do Parlasul e do FCCR. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 18, n. 37, out. 2010, p. 31-57.
- MEDHURST, David. *A brief and practical guide to EU law*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2001.
- MENY, Yves. De la démocratie en Europe: Old Concepts and New Challenges. In *Journal of Common Market Studies*, V.41, Number 1, 2002, pp. 1–13.
- MESQUITA, Paulo Estivallet; CARISIO, Maria Clara Duclos. *A política agrícola comum e seus efeitos sobre o Brasil*. Brasília: Thesaurus, 2006.
- MIRANDA, Jorge. *Curso de Direito Internacional Público*. São João do Estoril: Princípia, 2006.
- MONNET, Jean. *Memórias: a construção da unidade europeia*. Brasília: UnB, 1986.
- MORAES, Denis (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2003.
- MORAVCSIK, A. In Defence of the “Democratic Deficit”: Reassessing the Legitimacy

of the European Union. *Journal of Common Market Studies*, Vol. 40, No. 4, 2002, pp. 603–34.

_____. Is there a “Democratic Deficit” in World Politics? A Framework for Analysis. *Government and Opposition*, Vol. 39, No. 2, 2004, pp. 336–63.

_____. The Myth of Europe’s Democratic Deficit. *Intereconomics – Journal of European Public Policy*. Nov. Dec. 2008, pp.331-340.

MOTA DE CAMPOS, João; MOTA DE CAMPOS, João Luiz. *Manual de direito comunitário: o sistema institucional, a ordem jurídica, o ordenamento econômico da União Europeia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

MOURA, Teresa. De Maastricht a Nice. In *Nação e Defesa*. N. 100, 2 série, pp. 57-71.

MUDAR as lâmpadas é uma ideia pouco brilhante. *Dagens Nyheter*. 31 de agosto de 2011.

MURILO DE CARVALHO, José. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NEGRI, Toni; HARTD, Michael. *Império*. São Paulo: Record, 2004.

NOUSCHI, Marc. *Em Busca da Europa. Construção Europeia e Legitimidade Nacional*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

NYE Jr., Joseph. Globalization's Democratic Defecit - How to Make International Institutions More Accountable. *Foreign Affairs*, v.80, N. 4, Jul. Ago. 2001, p. 2-6.

O’SULLIVAN, Noel. A Nostalgia Helênica e a Sociedade Industrial. In CRESPIGNY, Anthony de; MINOGUE, Kenneth (org). *Filosofia Política Contemporânea*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

OFFE, Claus; PREUSS, Ulrich. The Problem of Legitimacy in the European polity: is democratization the answer? In CROUCH, Colin; STREECK, Wolfgang. *The Diversity of Democracy: Corporatism, Social Order and Political Conflict*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2006.

PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PELLEGRINI, Vicente. *Algunos Aspectos del Mercado Común europeo*. Roma: Universita Gregoriana, 1959.

PEOPLES, Lee Faircloth. The Influence of Foreign Law Cited in the Opinions of Advocates General on Community Law. *Yearbook of European Law*. Oxford: Oxford University Press, 2009, v. 28, pp. 458-502.

PÉREZ-BUSTAMANTE, Rogelio; COLSA, Juan Manuel Uruburu. *História da União Europeia*. Coimbra: Coimbra, 2004.

PEROTTI, Alejandro. *Habilitación Constitucional para la Integración Comunitaria – Tomo I: Brasil y Paraguay*. Montevideo: Konrad Adenauer, 2004.

PESCATORE, Pierre. L'apport du droit communautaire au droit international public. *Cahiers de droit européen*. Bruxelles: Bruylant, 1970, n.5, pp.501-525.

PETERSMANN, Ernst-Ulrich. Human Rights, International Economic Law and 'Constitutional Justice'. *European Journal of International Law*. Firenze, v.19, n.4, 2008, pp.769-798.

PLENDERS, Richard. *Introducción al Derecho comunitario europeo*. Madrid: Civitas, 1985.

PRECHAL, Sacha. National Courts in EU Judicial Structures. *Yearbook of European Law*. Oxford: Oxford University Press, 2006, v. 25, pp. 429-450.

QUADROS, Fausto. *Direito da União Europeia*. Coimbra: Almedina, 2008.

RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; VIEIRA DE JESUS, Diego Santos. *A União Europeia e os estudos de integração regional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

RIBEIRO, Marta Chantal da Cunha Machado. A consagração da Responsabilidade Civil Extracontratual dos Estados-Membros pela Violação do Direito Comunitário. *Paper* apresentado em conferência proferida no Centro de Estudos Judiciários, em Lisboa, no dia 27 de Junho de 2000. Disponível em: <http://www.almedina.com.br/catalog/images/actualizacoes/9724009440.pdf>. Consultado em: 04/01/2011.

RICHMOND, Catherine. Preserving the Identity Crisis: Autonomy, System and Sovereignty in European Law. In MACCORMICK, Neil (org). *Constructing legal systems: European Union in Legal Theory*. Kluwer: AH Dordrecht, 1997.

RIGAUX, François. Hans Kelsen on International Law. *European Journal of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 1998, n.9, pp. 325-343.

RISSE, Thomas. *A Community of Europeans? Transnational Identities and Public Spheres*. New York: Cornell University Press, 2010.

ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. São Paulo: Edipro. 2000.

SABA, Sérgio. História e Política da Integração no Continente Europeu. In AMARAL JÚNIOR, Alberto do; SANCHEZ, Michelle Ratton. *União Europeia*. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

SANTA-MARIA, Paz Andrés Sáenz de. El sistema institucional en el Tratado de Lisboa: entre la continuidad y el cambio. In NANCLARES, Jose Martin y Pérez de (org). *El Tratado de Lisboa – La salida de la crisis constitucional*. Madrid: Iustel, 2008.

SARAIVA, Miriam Gomes. A União Europeia como ator internacional e os países do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v.47, n.1, 2004, p.84-111.

SEN, Amartya. Vamos trazer a democracia de volta. *The Guardian*. 24 de junho de 2011.

SCHMID, Cristoph. From Pont d'Avignon to Ponte Vecchio: The Resolution of Constitutional Conflicts between the European Union and the Member States through Principles of Public International Law. *Yearbook of European Law*. Oxford: Oxford University Press, 1998, v. 18, pp. 415-476.

SCHÜTZE, Robert. 'On 'Middle Ground': The European Community and Public International Law'. *Working Paper Law*. San Domenico de Fiesole: European University Institute, 2007, n.13, pp. 1-27.

SELBACH, Christopher. *Human Rights in European Politics*. München: GRIN, 2007.

SIEBERSON, Stephen. The proposed European Union Constitution – will it Eliminate the EU's Democratic Deficit? *Columbia Journal of European Law*. New York, v. 10, p. 173-264, 2004.

SIMMA, Bruno; PULKOWSKI, Dirk. 2006. "Of Planets and the Universe: Self-Contained Regimes in International Law". *European Journal of International Law*, vol. 17, n. 3, pp. 483-529.

SNEIDER, Francis. Constitutional Law of European Union. In *Collected courses of the Academy of European law: European Community Law*. The Hague: Kluwer Law, 1998.

SOARES, Antonio Goucha. O Deficit Democrático da União Europeia: alguns problemas conexos. In *Análise Social*, V. 32., N. 142, 1997, pp. 627-648.

SOUZA, Jessé José Freire. *Ética e Democracia na Tradição Alemã: entre Bildung e a Esfera Pública*. Texto de conferência apresentado no dia 14 de novembro de 1997 no Instituto de Estudos Avançados.

STAAB, Andreas. *The European Union explained: institutions, actors, global impact*. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

STADLMEIER, Sigmar. Resenha sobre "Die Bedeutung des Europarechts für die Entwicklung des Völkerrechts. *European Journal of International Law*, 2005, v.16, pp.794-799.

STEINER, George. *A ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva, 2004.

STICLITZ, Joseph. Central Banking in a Democratic Society. [*De Economist. The Hague*, v.146, n.2, 1998, p.199-226.](#)

STOLZ, Sheila. Um modelo de Positivismo Jurídico: O Pensamento de Herbert Hart. *Revista Direito GV*, v.3, n. 1, jan-jun 2007, pp. 101-120.

TOMÁS, Antonio Fernández Tomás. La carta de derechos fundamentales de la Union Europea tras el Tratado de Lisboa. Limitaciones a su eficacia y alcance generadas por el Protocolo para la aplicación de la Carta al Reino Unido y Polonia. In NANCLARES, Jose Martin y Pérez de (org). *El Tratado de Lisboa – La salida de la crisis constitucional*. Madrid: Iustel, 2008.

TOMMEL, Ingeborg. Civil society in the EU: a strong player or a fig-leaf for the democratic deficit? Disponível em < <http://www.carleton.ca/europecluster>>. Acessado em 2 de janeiro de 2012.

TOSIEK, Piotr. *Comitology Implementation of EU Policies – Democratic Intergovernmentalism?* Paper apresentado na 5ª Conferência Pan-europeia sobre Política da União Europeia da ECPR. Porto, 23-26 de junho de 2010.

TOSTES, Ana Paula. *União Europeia: o Poder Político do Direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

_____. Por que não uma Constituição Europeia? *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, 2006, pp. 379-415.

TURNER, Bryan S. *Citizenship and social theory*. London: Sage, 1993.

UERPMANN, Robert. International Law as an Element of European Constitutional Law: International Supplementary Constitutions. *Jean Monnet Working Paper*. Heidelberg: Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law, 2003.

UNGER, Mangabeira. *Direito na sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VALCKE, Anthony. Resenha sobre “The European Union and the International Legal Order: Discord or Harmony?”. *European Journal of International Law*, 2003, v.14, pp.1051-54.

VALLE, Vanice Regina. Direito fundamental à boa administração e governança. Democratizando a Função Administrativa. Tese de pós-Doutorado apresentada à Escola de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.

VAN ROSSEM, Jan Willem. *Interaction between EU law and international law in the light of Intertanko and Kadi*. The Hague: CLEER Working Papers, 2009.

- VAUGHAN, Richard. *Twentieth-Century Europe: Paths to Unity*. Oxford: Taylor & Francis, 1979.
- WARD, David. *The European Union Democratic Deficit and the Public Sphere: an Evaluation of EU Media Policy*. The Hague: IOS Press, 2004.
- WEILER, Joseph H. H.; HALTERN, Ulrich. The Autonomy of the Community Legal Order Through the Looking Glass. In SCHILLING, Theodor; WEILER, Joseph H. H.; HALTERN, Ulrich. *Who in the Law is the Ultimate Judicial Umpire of European Community Competences? – The Schilling-Weiler/Haltern Debate*. Cambridge: Harvard Law School, 1996.
- WEYLAND, Ines. The Application of Kelsen's Theory of the Legal System to European Community Law: The Supremacy Puzzle Resolved. *Law and Philosophy*. Heidelberg: Springer, 2002, v.21, n.1, pp.1-37.
- WHITE, N.D.. *The United Nations System*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002
- WORMUTH, Wolfram. *Die Bedeutung des Europarechts für die Entwicklung des Völkerrechts*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2004.
- WOUTERS, Jan; VIDAL, Maarten. The OECD Model Tax Convention Commentaries and the European Court of Justice: Law, Guidance, Inspiration? *Working Paper*. Leuven: Institute for International Law, 2007, n.109.
- ZENO-ZENCOVICH, Vincenzo; VARDI, Noah. European Union Law as a Legal System in a Comparative Perspective. *European Business Law Review*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2008, v.19, pp. 242-265.
- ZOLO, Danilo. *Los Señores de La Paz – una crítica del globalismo jurídico*. Madrid: Dykinson, 2005.